

NÃO TEM MAIS DESCULPA REAJUSTE JÁ!

ASSEMBLEIA 22 DE MARÇO, 18H

No ano passado, a justificativa da prefeitura para não reajustar os salários dos servidores foi que os gastos com pessoal para fins de LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal estava em 58%.

Agora o percentual está em 50,46%, e portanto não tem mais desculpa para enrolar a categoria. É bom lembrar que no ano passado o Prefeito disse que a inflação estava garantida e que para isso nem precisava de Sindicato, mentiu tentando desmobilizar a categoria e atacar a organização dos/as trabalhadores/as.

Como sempre, este ano a Prefeitura tenta confundir os/as trabalhadores/as, manipulando índices e informações. Não se deixe enganar.

Esta Campanha Salarial tem tudo para ser vitoriosa. Como? Da única forma possível: com unidade, participação, organização e luta da maioria da categoria.

É hora de lutar pelos reajustes da inflação de 2017 e 2018 e por ganho real de salários e outros pontos importantes para melhorar a vida de quem trabalha duro e em péssimas condições.

A Pauta de Reivindicações foi entregue à Prefeitura e uma primeira reunião foi agendada para o dia 20 de março.

Vamos à luta com toda capacidade de mobilização da nossa aguerrida e combativa categoria.

Quem luta, conquista!



8 de Março, mulheres na luta por democracia e direitos



O 8 de março é um dia de luta e mobilização desde a sua origem nas greves operárias que abriram as portas para a Revolução Russa. Nos dias de hoje, mais do que nunca, uma data para lutar por direitos, por autonomia, por igualdade, contra a violência sexista, que lutam por tudo o que é violado e interdito na dominação capitalista. Parabéns, a todas as mulheres que, em diferentes frentes de batalha, dedicam-se à construção de uma sociedade justa e igualitária.

CAMPANHA SALARIAL 2018

CONFIRA OS ITENS PRIORITÁRIOS DA PAUTA DE REIVINDICAÇÕES 2018 APROVADOS EM ASSEMBLEIA

1 10% de reajuste salarial - corresponde a 4,48% Reposição da inflação 2016-2017; mais reposição da inflação 2017 -2018 estimada em 2,95% e aumento real para início da recomposição das perdas.

2 Reajuste imediato do vale alimentação de R\$ 304,98 para R\$ 450,00 e pagamento de dois benefícios para ocupantes de dois cargos.

3 Aumento real do piso salarial, enquadramento dos/das atuais ocupantes do cargo de Agente de Serviços de Cozinha I na referência 2 e extinção imediata da referência 1.

4 Reajuste do vale refeição para R\$ 31,00 reais por dia (mesmo valor dos funcionários/as da Câmara de Diadema) e ampliação do benefício para todos/as os/as servidores/as.

5 Garantia de todos os direitos previstos em lei, no Estatuto dos Funcionários Públicos de Diadema, no Estatuto do Magistério e no Estatuto da Guarda Municipal de Diadema.

6 Pagamento das férias proporcionais à jornada de trabalho suplementar e horas extras exercidos no período aquisitivo aos/as servidores/as estatutários.



A Pauta de Reivindicações da Campanha Salarial 2018, protocolada na Prefeitura no dia 20 de fevereiro, está disponível na íntegra no site www.sindema.org.br



A tendência de acordos acima da inflação em 2018

De acordo com informações do Dieese, em 2017 os acordos com ganhos acima do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) superaram 62%, contra apenas 18,6% em 2016.

O que explica a maioria dos acordos com reposição da inflação ou pequeno aumento real (em média 0,37%) no setor privado num cenário em que a maioria dos setores não teve crescimento, foi em primeiro lugar a luta dos sindicatos contra a Reforma Trabalhista e para que o padrão dos acordos anteriores fossem mantidos. Outra explicação é que a Inflação em queda diminuiu a porcentagem necessária para ganho real e as demissões podem ter levado a pequeno aumento nos salários naqueles setores que mais demitiram.

Para 2018, segundo o sistema mediador do MTPS (Ministério do Trabalho e Previdência Social), essa tendência permanece, com a maioria dos acordos de reajuste salarial acima da inflação da data-base.

Em Diadema, vamos à luta conquistar o reajuste e os direitos!

Governo Lauro quer reduzir valor da jornada suplementar

Como não se bastasse o calote no pagamento do 1/3 de férias e do salário sobre a média da jornada suplementar, o corte de jornada suplementar nos afastamentos de doença e de acidente de trabalho, o governo Lauro agora modificou o requerimento do Termo da Jornada para impor prejuízo aos professores e professoras.

Com mais este ataque aos direitos do magistério, a Prefeitura passa por cima do que está previsto no Estatuto do Magistério (Lei Complementar 353/12).

É bom lembrar que no ano de 1994 o pagamento das horas extraordinárias do magistério foi regulamentado com a criação da jornada suplementar. Ficou estabelecido o valor da hora aula era calculado em cima do salário base e das vantagens acumuladas ao longo da carreira. Também ficou assegurado o direito da média proporcional nas férias e no décimo terceiro salário.

Essa nova regulamentação está na LC

71/97 e foi integralmente mantida na LC 353/12, o atual Estatuto do Magistério.

Essa diferenciação na forma de cálculo do pagamento de Hora Aula para professores e Hora Extra para os demais servidores do município foi implantada tendo como base as atribuições e responsabilidade na regência seja quando o professor for titular ou substituto em situação de suplementação de jornada, além disso, levou-se em conta as regulamentações da rede oficial do estado de São Paulo e de outros municípios.

Com essa mudança arbitrária, os(as) professoras e professores da rede municipal de Diadema ficarão em situação de prejuízo em relação às regras de suplementação adotadas na rede estadual e nos municípios.

Diga não à jornada suplementar com perdas de direitos!

Venha para a Plenária da Educação no dia 16 de março às 18h30 no Sindema.

Sindema entra na justiça contra "calote" das férias

No final de dezembro do ano passado o governo Lauro deixou os servidores estatutários sem 1/3 de férias sobre a média das horas extras e da jornada suplementar trabalhada ao longo do ano.

Sem as horas extras e as jornadas suplementares a Prefeitura teria que reduzir o atendimento à população e até fechar salas de aula. Mas a administração quer explorar ao máximo os trabalhadores e as trabalhadoras, não respeitando direitos básicos.

As ações dos servidores públicos não vão para a Justiça do Trabalho, mas para a Vara da Fazenda Pública.

Embora sem ilusões com a maioria do judiciário, mas podemos ter a sorte do processo cair nas mãos de um juiz que respeita as leis e preserva o que é direito do trabalhador. Ações judiciais não substituem a luta.

O melhor caminho para acabar com mais esta ilegalidade é organização e luta.

PRESSIONAR A PREFEITURA PARA ATENDER AS REIVINDICAÇÕES!

As nossas reivindicações para a Campanha Salarial 2018 são totalmente justas e passíveis de atendimento, se houvesse vontade política do prefeito Lauro Michels e do governo municipal.

Só que como todos sabemos “vontade política” não nasce espontaneamente, não nasce da consciência e da valorização dos governantes em relação ao nosso trabalho.

O que “convence” a Prefeitura a atender as reivindicações é pressão, mobilização, paralisações, greves, enfim, disposição e unidade da maioria da categoria para lutar sem trégua pelos nossos direitos.

E agora não será diferente, se depender do governo, os trabalhadores amargarão mais um ano de arrocho salarial, mesmo com a Prefeitura tendo margem suficiente na Lei de Responsabilidade Fiscal para o reajuste com os gastos com a folha em 50,46%..

Se a Prefeitura não apresentar proposta concreta, na assembleia do dia 22 de março, a categoria unida, decidirá os próximos passos da luta.

Portanto, convocamos todos e todas para a Campanha Salarial 2018 e para juntos construirmos uma luta vitoriosa!



PRESSIONAR A CÂMARA PARA DEFENDER AS REIVINDICAÇÕES!

Como todos sabem o reajuste salarial e benefícios dos servidores municipais, para terem validade, precisam ser aprovados na forma de Lei Municipal.

Além disso, a Câmara Municipal é palco de disputas diversas, principalmente em ano eleitoral, e devemos exigir um posicionamento e ações firmes das bancadas e dos vereadores em relação às nossas reivindicações.

No ano passado, foi a pressão da categoria na Câmara Municipal que impediu o governo Michels de enviar projeto de lei que alterava a Lei Orgânica e o Estatuto dos Funcionários Públicos retirando direitos conquistados em muitos anos de luta.

Neste ano não será diferente, no dia 15 de março, às 14:00, a direção do Sindema, estará entregando a pauta de reivindicações aos vereadores de Diadema. Participe!



AGENDA DE MARÇO

- **Dia 15** – 14h00 na Câmara Municipal – ato de entrega da Pauta de Reivindicações da Campanha Salarial 2018
- **Dia 16** – 18:30 no Sindema – Plenária da Educação – pauta: jornada suplementar
- **Dia 22** – 18:00 no Sindema – Assembleia da Campanha Salarial 2018



GOVERNO GOLPISTA QUER ENFRAQUECER OS SINDICATOS

As alterações na legislação trabalhista, impostas pelo governo golpista de Michel Temer, atacam os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, provocam desemprego, precarização e redução de salários. Outro claro objetivo da Reforma Trabalhista é criminalizar e enfraquecer o movimento sindical e os trabalhadores.

A CUT, conforme aprovado em todos os seus Congressos, sempre defendeu o fim do imposto sindical por entender seu caráter antidemocrático e compulsório, atrelando os sindicatos ao Estado e perpetuando entidades sindicais sem atuação real junto aos trabalhadores.

Por outro lado, entendemos que o fim do imposto sindical no âmbito da Reforma Trabalhista foi para tentar enfraquecer o movimento sindical combativo e que é urgente encontrar alternativas democráticas e independentes para o financiamento da luta sindical.



Sindema não irá a Justiça para recolhimento do imposto sindical

Vários sindicatos estão entrando com ações na Justiça para recolher o imposto sindical (um dia de trabalho no mês de março) e estão ganhando as ações. Isto porque há um vasto entendimento jurídico de que o cancelamento do imposto sindical é inconstitucional.

A direção do Sindema decidiu que não ingressará na Justiça, coerente com princípio político de que os sindicatos são da classe trabalhadora e assim sua organização, suas lutas e seu financiamento devem ser debatidos e decididos exclusivamente pelos/a trabalhadores/as.

Além de uma forte campanha de sindicalização, o Sindema abrirá um amplo debate com os funcionários públicos de Diadema sobre outras formas de contribuição sindical, decididas em assembleia e que envolvam o conjunto da categoria.

Situação do Sindema com o fim do imposto sindical

As contribuições mensais dos sindicalizados são suficientes para manter um corpo mínimo de funcionários, as despesas de manutenção do prédio da sede, contratos de assessoria jurídica, conforme apresentado nas prestações de contas do Sindicato.

Os recursos do imposto sindical sempre foram uma espécie de fundo para custear as campanhas salariais, greves, participação em mobilizações nacionais unificadas, bem como eventos festivos e recreativos como festas, a exemplo da Festa anual que acontece em outubro em comemoração ao Dia do Funcionário Público, Festa Junina, Corridas, entre outras atividades.

Com isto, todas as atividades que eram realizadas com este “fundo” proveniente do imposto sindical estarão seriamente comprometidas até que encontremos uma saída para a sustentação financeira da luta da classe trabalhadora. Os poucos recursos que restaram de 2017 serão utilizados para a Campanha Salarial 2018.

A SINDICALIZAÇÃO É INDIVIDUAL! A LUTA É COLETIVA! AS CONQUISTAS SÃO PARA TODOS/AS!



O Sindema tem atualmente 3.203 associados/as de um total de 6.998 de trabalhadores/as. Isto significa um percentual 45,78% categoria.

Este é um índice bom em relação à média nacional de 19,5%, mas apenas mediano a outras categorias do setor público

que chegam a mais de 80% de sindicalização.

São os sindicalizados/as que garantem um sindicato com as condições básicas para organizar a luta e defender a categoria. Mas todos são beneficiados pelos ganhos que os sindicalizados financiam.

Com o fim do imposto sindical, esta situação fica ainda mais injusta, com praticamente um/a trabalhador/a sustentando a luta para outro/a que não é sindicalizado/a.

A contribuição sindical do pessoal na ativa é de apenas 1% do salário base. E dos aposentados de 0,5% do salário base.

Sindicalizar é um ato de solidariedade de classe, de luta e de resistência. Venha para o Sindema. Juntos somos fortes.



EXPEDIENTE JORNAL DO SINDICATO é uma publicação do Sindicato dos Funcionários Públicos de Diadema.

Direção do Sindicato: José Aparecido da Silva - Neno (Presidente), Mara Neide Ferreira Linhares Hora, Roseli Aparecida de Souza, Shedd Pegáz, Ana Maria da Silva Santos, Estela Baptista da Silva, Mislene Inocêncio Pereira, Floripes de Aguiar Kikute, Rubens Xavier Martins, Jandyra Massue Uehara Alves, Ritchie Soares Barbosa Martins, Maria Aparecida Alves Campos, Domingos Tomaz de Souza, Zildete Mendes da Silva, Daniel Gonçalves da Costa, Edneia Aparecida da Silva Andrade, Maria Aparecida de Moraes Ribeiro, Dario Baptista da Silva, Maria do Socorro Barbosa de Mesquita, Wiliam Aguiar do Prado, Renilva Mota Ferreira, Benedito de Oliveira Lima, Ana Paula do Rosário Luiz, Rafael Demarchi Rodrigues **Conselho Fiscal:** Renata de Augusto Lima, Ana Lucia de Abreu, Antonio Carlos Gonzaga **Suplentes do Conselho Fiscal:** Robson de Carvalho, José Maria da Silva Pereira, Cleia Cristina Luzia Neme

Edição e Diagramação: Movimento Web & Artes Gráficas / Cláudio Gonzalez (MTb 28961/SP)

O Sindicato fica na Av. Antônio Piranga, 1156, Diadema, SP CEP 09911-160 — Telefone: 4053-2930 Site: www.sindema.org.br Email: sindema@terra.com.br [f/sindema.org](https://www.facebook.com/sindema.org)